

PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

DATA DA PROPOSTA - 11 de Fevereiro de 2015



1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Designação Social: Município de Pombal

2. CONDIÇÕES ECONÓMICAS

Os preços apresentados em seguida foram obtidos com base na informação dos consumos de energia e potência disponibilizada pelo Cliente, conforme consta do anexo a esta proposta.

PREÇOS DE ENERGIA (€/kWh)				
Nível Tensão	Ponta	Cheias	Vazio Normal	Super Vazio
BTE	0,07040	0,06480	0,05820	0,04900
MT	0,06610	0,06140	0,05320	0,04720

- Os preços de energia apresentados são válidos para um contrato de **10 meses**.
- Aos preços de energia apresentados serão acrescidas as Tarifas de Acesso às Redes que se encontram atualmente em vigor, qualquer alteração nas referidas tarifas será repercutida de forma direta na faturação.
- Para as instalações em MT os preços são aplicados segundo o ciclo semanal com feriados, em BTE os preços são aplicados segundo o ciclo em que a instalação se encontra no início do contrato, quando resultado de uma mudança de comercializador.
- Os preços acima apresentados não incluem o valor do IVA, que acresce à taxa legal em vigor, bem como qualquer outra taxa, encargo ou imposto que incida sobre o fornecimento elétrico.
- Os preços apresentados não incluem o custo com o consumo/fornecimento de energia reativa. Nos meses em que existir lugar ao pagamento de energia reativa, este custo será suportado pelo Cliente diretamente na fatura.

3. TERMOS DE PAGAMENTO

O pagamento das faturas a emitir pela Galp Power, S.A, será efetuado pelo Cliente por **Débito Direto no prazo definido no Caderno de Encargos** a contar da data de emissão da fatura.

4. ENTRADA EM VIGOR DO CONTRATO

Após aceitação por parte do Cliente e confirmação da mesma pela Galp Power, será emitido um contrato de fornecimento de energia elétrica que apenas entra em vigor a partir do 1º dia de abastecimento efetivo. Eventuais penalizações por rescisão antecipada de contratos em mercado livre não são da responsabilidade da Galp Power.

A informação necessária para formalização do contrato é a seguinte:

- **Designação Social, NIF, Representantes legais, Morada Sede, Contatos**

- **Código do Ponto de Entrega (CPE)**

5. VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta é válida de acordo com o definido no Caderno de Encargos. Terminado este prazo a Galp Power reserva-se o direito de alterar as condições apresentadas.

Paulo Guina

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2015

6. ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

Na sequência da nossa aceitação quanto às condições comerciais propostas pela Galp Power, S.A., vimos por este meio autorizar que se dê início ao processo de mudança de comercializador para a(s) instalação/instalações com o(s) CPE objeto(s) da presente proposta.

(Assinatura do Cliente)

ANEXO – TARIFAS DE ACESSO EM VIGOR

TARIFAS DE ACESSO ÀS REDES, PUBLICADAS PELA ERSE, EM VIGOR DURANTE 2015										
Nível Tensão	Potência Contratada (€/kW.dia) / (€/kW.mês)	Potência Média em Ponta (€/kW.dia) / (€/kW.mês)	Energia Reativa (€/ kVARh) ***				Energia Ativa (€/ kWh)			
			Fornecida = Indutiva (Consumida Fora Vazio)			Recebida = Capacitiva (Fornecida Vazio)	Ponta	Cheias	Vazio Normal	Super Vazio
			Escalão 1	Escalão 2	Escalão 3					
MAT*	0,0188 (dia) 0,571 (mês)	0,0449 (dia) 1,365 (mês)	0,0078	0,0237	0,0711	0,0177	0,0264	0,0230	0,0160	0,0159
							0,0264	0,0230	0,0160	0,0159
AT*	0,0157 (dia) 0,477 (mês)	0,1214 (dia) 3,694 (mês)	0,0080	0,0241	0,0723	0,0181	0,0306	0,0265	0,0175	0,0170
							0,0304	0,0265	0,0175	0,0172
MT*	0,0312 (dia) 0,950 (mês)	0,2337 (dia) 7,109 (mês)	0,0087	0,0263	0,0789	0,0197	0,0432	0,0374	0,0206	0,0198
							0,0429	0,0371	0,0205	0,0200
BTE**	0,0358 (dia) 1,088 (mês)	0,5684 (dia) 17,289 (mês)	0,0103	0,0313	0,0939	0,0239	0,0619	0,0534	0,0279	0,0253

* - Faturado de acordo com o ciclo semanal; os valores da energia ativa são valores para os períodos I e IV, II e III

** - Faturado de acordo com o ciclo de leitura da instalação; os valores da energia ativa são iguais para todo o ano

*** - A Energia Reativa Fornecida e Recebida pelo Operador da Rede Distribuição correspondem à Energia Reativa Consumida Fora Vazio e a Energia Reativa Fornecida em Vazio pelo Cliente, respetivamente.

A ERSE aprovou as seguintes regras de faturação de energia reativa:

Despachos n.º 7253/2010 e n.º 12605/2010, publicados no Diário da República, 2ª série, de 26 de Abril e de 4 de Agosto, respetivamente.

Em 1 de Janeiro de 2011 entrou em vigor o escalão 3 passando a coexistir com o escalão 2.

Em 1 de Janeiro de 2012 entrou em vigor o escalão 1.

Os fatores multiplicativos (K) a aplicar ao preço de referência de energia reativa anualmente publicado pela ERSE, por escalão de faturação de energia reativa indutiva são:

Escalão 1 – $0,4 > \text{tg}\varphi \geq 0,3$ – K= 0,33;

Escalão 2 – $0,5 > \text{tg}\varphi \geq 0,4$ – K= 1,00;

Escalão 3 – $\text{tg}\varphi \geq 0,5$ – K= 3,00;

OUTRAS TAXAS E IMPOSTOS APLICADOS AO SETOR ELÉTRICO 2015

Taxa DGEG (aplicada a cada instalação em Baixa Tensão): 0,35 €/mês

Contribuição Audio Visual (por instalação): 2,65 €/mês

Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP): 0,001€/kWh

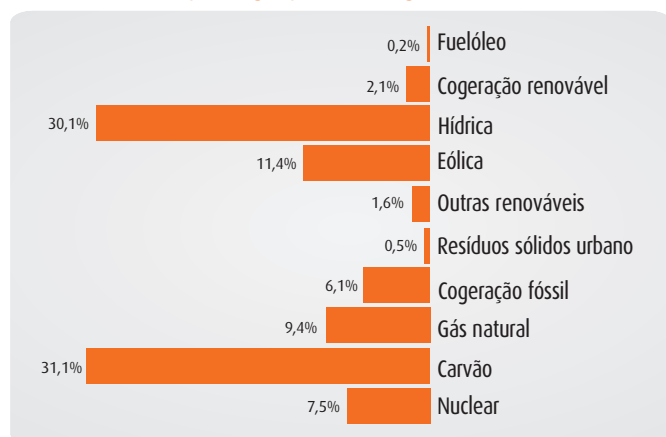


Rotulagem de energia elétrica

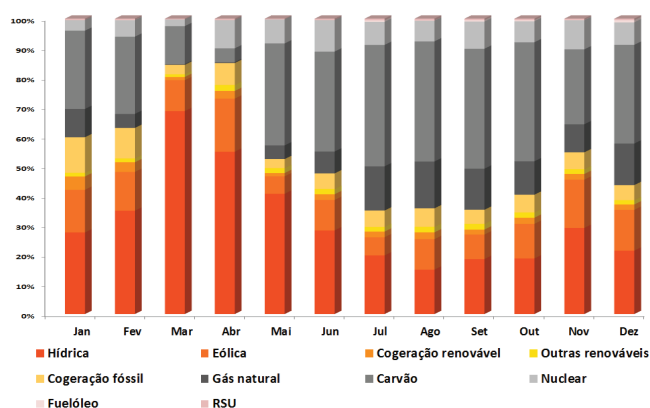
Fontes de energia em 2013

A eletricidade comercializada pela Galp Energia é produzida a partir de diferentes fontes de energia primária. As energias renováveis (como a Hídrica e a Eólica) representam já quase metade do consumo final de energia. A nossa energia é cada vez mais positiva! Isso significa que, juntos, contribuímos para a preservação dos recursos naturais e para a diminuição das emissões atmosféricas.

Repartição da energia elétrica comercializada pela Galp Energia por tecnologia em 2013



Evolução mensal da energia elétrica consumida por tecnologia em 2013



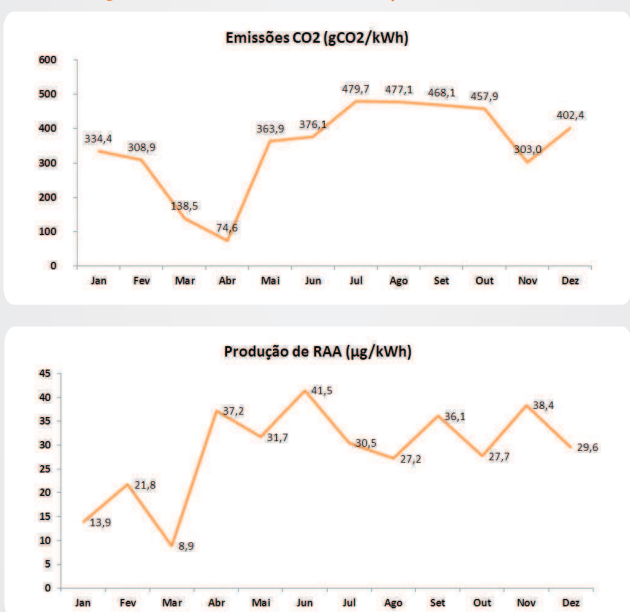
Impactes ambientais

A combustão das fontes de energia convencionais nas centrais termoelétricas conduz à emissão de diferentes gases para a atmosfera.

O Monóxido e o Dióxido de Carbono (CO e CO₂), os Óxidos de Azoto e o Dióxido de Enxofre (NOx e SO₂), entre outros, são alguns dos gases produzidos nestas centrais. Em quantidades elevadas no meio ambiente, estes gases tornam-se nefastos. O aumento do efeito de estufa, provocado pelo excesso do principal gás poluente das centrais termoelétricas, o CO₂, a diminuição da qualidade do ar, que resulta em problemas como, dificuldades respiratórias, são alguns dos efeitos negativos consequentes da atividade das centrais termoelétricas.

Alguns da energia fornecida pela Galp Energia é importada de países com geração de eletricidade via centrais nucleares, como a Espanha. A maioria dos resíduos consequentes destas atividades nucleares estão circunscritos às suas áreas, porém ainda se verifica a emissão de pequenas quantidades de resíduos radioativos.

Evolução mensal das emissões específicas em 2013



Em 2013, as emissões específicas de CO₂ imputáveis à Galp Energia foram cerca de 385,5 g/kWh. Os resíduos radioativos, resultado da produção elétrica por via nuclear em Espanha, situaram-se nos 31,4 µg/kWh.

Para mais informações sobre a energia consumida em Portugal consulte www.galpenergia.com ou www.erse.pt.



ANEXO I

Modelo de declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos

1 - Luís Miguel Fonseca Alexandre de Araújo Pereira, Cartão de Cidadão n.º 05600787, e João Diogo de Melo Marques da Silva, Cartão de Cidadão n.º 10518208, na qualidade de representantes legais de Galp Power, S.A., com sede social na Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 1600-209 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e NIPC 504 723 456, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para "Fornecimento de Energia Elétrica para Instalações Municipais Alimentadas em Baixa Tensão Especial e Média Tensão, ao abrigo do acordo quadro para o fornecimento de electricidade em Regime de Mercado Livre para Portugal Continental da ANCP", declara, sob compromisso de honra, que a Galp Power, S.A. se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Proposta de Fornecimento de Energia Elétrica
- b) Proposta de Preço (Anexo II)

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional];
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional];

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes]:
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2015

Luís Miguel Fonseca Alexandre de Araújo Pereira

e

João Diogo de Melo Marques da Silva

Administradores

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Galp Power, S.A., com sede social na Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 1600-209 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e NIPC 504 723 456, depois de ter tomado conhecimento do objecto do Procedimento para Fornecimento de Energia Elétrica para Instalações Municipais Alimentadas em Baixa Tensão Especial e Média Tensão, ao abrigo do acordo quadro para o fornecimento de electricidade em Regime de Mercado Livre para Portugal Continental da ANCP – Processo nº 005/AJD/SA/15, obriga-se a executar o fornecimento e a cumpri-lo integralmente para o Lote 1 – Baixa Tensão Especial (BTE) e Lote 2 – Média Tensão (MT), em conformidade com o Caderno de Encargos e pelo preço composto pelas seguintes parcelas para a Componente de Energia Activa:

Lote 1 - Baixa Tensão Especial (BTE)

Ciclo horário de facturação – Diário

Locais de Consumo com os Códigos de Ponto de Entrega:

PT0002000100403012MB

PT0002000103384141ZH

PT0002000103167538GY

PT0002000050957607SY

PT0002000112926668XY

PT0002000113843362FN

PT0002000067180631TA

PT0002000067180141RL

PT0002000067180004HC

PT0002000067179465HX

PT0002000073444133YF

PT0002000073444361QM

PT0002000083427438FR

	Descrição	Preço Proposta
Energia activa (€/kWh)	Horas de Ponta	0,07040
	Horas Cheias	0,06480
	Horas de Vazio	0,05820
	Horas de Super Vazio	0,04900

Nota: Os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes.

Preço Global proposto para o Lote 1 – Baixa Tensão Especial (BTE)

€ 298.315,91 (Duzentos e noventa e oito mil, trezentos e quinze euros e noventa e um cêntimos), que não incluem o Imposto sobre o valor acrescentado.

Lote 2 - Média Tensão (MT)

Ciclo horário de facturação – Diário

Locais de Consumo com os Códigos de Ponto de Entrega:

PT0002000100047124BW

PT0002000069125931FD

PT0002000071206571BT

PT0002000072897016TZ

PT0002000077038488CZ

PT0002000077038502KM

PT0002000107886517VY

PT0002000067179625WD

PT0002000111110424WA

PT0002000079362482RL

PT0002000082840623TP

PT0002000082845015FF

PT0002000116938427WJ

	Descrição	Preço Proposta
Energia activa (€/kWh)	Horas de Ponta	0,06610
	Horas Cheias	0,06140
	Horas de Vazio	0,05320
	Horas de Super Vazio	0,04720

Nota: Os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes.

Preço Global proposto para o Lote 2 - Média Tensão (MT)

€ 349.740,59 (Trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e quarenta euros e cinquenta e nove cêntimos), que não incluem o Imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Sobre aqueles preços acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

O prazo de entrega dos bens a concurso é de 45 dias, após comunicação do Município.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2015

Luís Miguel Fonseca Alexandre de Araújo Pereira

e

João Diogo de Melo Marques da Silva

Administradores